



Ofício nº 16/2023-SA

Ref.: Projeto de Lei nº 2.051/2023

Registro, 03 de março de 2023.

Senhor Presidente,

Encaminhamos à consideração dos Vereadores desta Egrégia Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 2.051/2023, que **"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O objetivo da presente proposta é atualizar a lei n.º 1.428/2014, em conformidade com a resolução N.º 231, de 28 de dezembro de 2022 - MMFDH/CONANDA, tornando a gestão do CMDCA mais eficiente e a seleção dos candidatos mais assertiva.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação da referida matéria em caráter de urgência, dentro do que dispõe o Artigo 43 da Lei Orgânica do Município.

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**

Prefeito Municipal

À Sua Excelência, o Senhor

**HEITOR PEREIRA SANSÃO**

Presidente da Câmara Municipal de

**REGISTRO/SP**

## PROJETO DE LEI Nº 2.051 DE 03 DE MARÇO DE 2023

### **ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º. O artigo 55 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 Para se inscrever ao cargo de membro do Conselho Tutelar o candidato deverá:

- I - Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;
- II - Ter reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, através de Resolução;
- III - Residir no município, no mínimo há 02 (dois) anos e comprovar domicílio eleitoral;
- IV - Estar no gozo de seus direitos políticos;
- V - Apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio;
- VI - Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;
- VII - Comprovação de experiência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses em atividade de atendimento e defesa na área da criança e do adolescente, mediante apresentação de currículo documentado e declaração da empresa ou organização da sociedade civil.

Parágrafo único. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento.”

Art. 2º. O artigo 61 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

#### “Seção VII

#### Do Processo Eleitoral, Requisitos e Registro dos Candidatos

Art. 61. O processo de escolha será organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, podendo praticar todos os atos que forem necessários para a consecução do pleito.

§ 1º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação.

§ 2º. A inscrição da candidatura será individual e devidamente regulamentada por Resolução Normativa do CMDCA. O processo de escolha será feito pela comunidade, dividindo-se em três fases:

- I - Entrega de documentação conforme artigo 55, documento original e cópia;
- II - prova escrita, formulada por comissão designada pelo CMDCAR, com nota de corte estabelecida pelo mesmo órgão, com caráter eliminatório;
- III - votação da sociedade através de voto facultativo.

§ 3º. Os candidatos eleitos deverão realizar capacitação introdutória obrigatória e não remunerada promovida pelo CMDCAR.”

Art. 3º. O artigo 83 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:





“Art. 83. Caso fique comprovada pela Comissão Especial a prática de conduta que justifique a aplicação de sanção disciplinar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Registro – CMDCAR encaminhará para a Secretaria Municipal de Administração para realização de processo Administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar, pois essa deverá ser realizada por membros do serviço público municipal, conforme resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 - MMFDH/CONANDA.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, 03 de março de 2023.

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**

Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

**DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE**

Diretora Geral de Assistência, Desenvolvimento Social e Economia Solidária

**CLÁUDIO BOLSONELLO**

Diretor Geral de Administração - Interino

**THAYS MATTOS MELO**

Diretora Geral de Negócios Jurídicos e Segurança Pública - Interina

Assinado por 4 pessoas: NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA, DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE, THAYS MATTOS MELO e CLAUDIO BOLSONELLO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://registro.1doc.com.br/verificacao/E88E-D8BC-86EF-15F3>



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



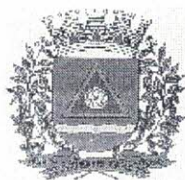
Código para verificação: E88E-D8BC-86EF-15F3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA (CPF 037.XXX.XXX-95) em 06/03/2023 15:34:28 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE (CPF 248.XXX.XXX-94) em 06/03/2023 16:02:16 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ THAYS MATTOS MELO (CPF 364.XXX.XXX-74) em 06/03/2023 16:11:06 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLAUDIO BOLSONELLO (CPF 053.XXX.XXX-40) em 06/03/2023 16:31:34 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/E88E-D8BC-86EF-15F3>



## **JUSTIFICATIVA**

PL nº 2.051/2023 – ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Justificamos, para fins de esclarecimentos junto ao Legislativo Municipal e a quem mais possa interessar que o presente Projeto de Lei tem por objetivo dispor sobre a política municipal de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, e que, para tanto neste momento não há de se falar em estudo de impacto orçamentário/financeiro por não se tratar de assunção de despesa no referido projeto.

Registro, 06 de março de 2023.

**DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE**

Diretor Geral de Assistência, Desenvolvimento Social e Economia Solidária

**OCTÁVIO FORTI NETO**

Diretor Geral da Fazenda e Orçamento



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FAD1-0CAC-CC0A-D425

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



OCTÁVIO FORTI NETO (CPF 358.XXX.XXX-01) em 06/03/2023 15:28:04 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE (CPF 248.XXX.XXX-94) em 06/03/2023 16:07:46 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/FAD1-0CAC-CC0A-D425>





**CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO**  
**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**  
**-ESTADO DE SÃO PAULO-**

Rua Shitiro Maeji, nº 459 - CEP 11.900-000 TEL/FAX: (013) 3828-1100  
www.camararegistro.sp.gov.br – juridico@camararegistro.sp.gov.br



**PARECER Nº. 22/2023.**

**Solicitante:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Registro/SP.

**Assunto:** Projeto de Lei nº. 2.051/2023.

Trata-se de consulta de lavra do Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Registro/SP, acerca dos aspectos legais de admissibilidade do Projeto de Lei nº. 2.051/2023, de autoria do Alcaide, que *"altera dispositivos da lei nº 1.428/2014 que dispõe sobre a política municipal de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências"*.

É o breve relatório.

A princípio vislumbro, sem analisar o mérito da matéria, que o Projeto de Lei nº. 2.051/2023 **preenche os requisitos de admissibilidade**, em especial, porque ausentes quaisquer das hipóteses arroladas no artigo 184, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Registro/ SP.

**Ante o exposto, opino para que o mesmo trâmite regularmente, nos termos expressos no Regimento Interno desta Casa de Leis.**

**De outro chofre, não vislumbro impedimento, em se deferir a tramitação do presente projeto, nos termos do artigo 43, da Lei Orgânica Municipal, tal como requereu o Autor da propositura.**

No tocante a outros questionamentos, em especial, os relativos à legalidade e constitucionalidade do projeto, ou, erros de grafia, eventualmente existentes, observo que, os mesmos, nos termos do artigo 184, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Registro, não constituem óbice para a regular tramitação da presente propositura, inclusive porque constituem mérito daquela e as respectivas apreciações, conforme disposição expressa no Regimento Interno desta Casa de Leis, é legada às Comissões Permanentes.

Pondero, nesse espeque, que a análise ora formulada é preliminar e visa, tão somente, verificar o preenchimento dos pressupostos formais mínimos para a tramitação da proposição, pressupostos estes, que estão explicitamente previstos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Registro.



**CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO**  
**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**  
**-ESTADO DE SÃO PAULO-**

Rua Shitiro Maeji, nº 459 - CEP 11.900-000 TEL/FAX: (013) 3828-1100  
[www.camararegistro.sp.gov.br](http://www.camararegistro.sp.gov.br) – [juridico@camararegistro.sp.gov.br](mailto:juridico@camararegistro.sp.gov.br)



Finalmente, esclareço que este parecer foi expedido após pedido formalmente a pedido do Sr. Secretário Legislativo através de correspondência, sendo, este, enviado, em formato digital, "pdf", para o Sr. Secretário Legislativo, com cópia para a para a Sra. Assistente Legislativa, em resposta ao respectivo pedido, nesta data.

*"Sub censura".*

É como penso, é o meu parecer.

Registro, data do protocolo.

ASSINATURA DIGITAL APOSTA NA FORMA DA LEI.

**HANS GETHMANN NETTO**  
**OAB/SP 213.418**





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO

FLS. 10

## DESPACHO

PROPOSIÇÃO Nº 2051 /2023

☒ Projeto de Lei

☐ Projeto de Lei Complementar

☐ Autógrafo

☐ Outros

☐ Projeto de Resolução

☐ Projeto de Decreto Legislativo

☐ Proposta de Emenda à Lei Orgânica

## VISTOS, ETC

Nos termos do art. 230, § 3º do R.I., determino à Secretaria Legislativa que proceda vista dos autos ao Sr. Relator para que no prazo de 07 (sete) dias exare parecer sobre a matéria.

Decorridos sem parecer, comunique-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para efeitos do art. 230, § 6º do R.I.

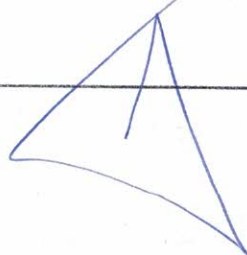
Anote-se a vista em livro próprio, cobrando a devolução dos autos no prazo.

Registro, 16 de Março de 2023.

  
**FÁBIO CARDOSO JUNIOR**  
Presidente da  
Comissão de Justiça e Redação

## TERMO DE REMESSA

Aos 16 dias do mês de março do ano de 2023, cumprindo determinação do presidente da Comissão, remeto o presente processo ao *Relator*, para os fins de direito. E para constar, eu ALECIO, lavrei e assino o presente termo.





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

✉ secretaria@camararegistro.sp.gov.br

Câmara Municipal  
REGISTRO

FLS. 11

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº

16 / 2023

DATA

16 de maio de 2023

AUTORIA

(x) Executivo Municipal ( ) Legislativo Municipal

PROPOSIÇÃO Nº

2051 / 2023

(x) Projeto de Lei

( ) Projeto de Lei Complementar

( ) Autógrafo

( ) Projeto de Resolução

( ) Projeto de Decreto Legislativo

( ) Proposta de Emenda à Lei Orgânica

### VOTO DO RELATOR:

O Relator dessa Comissão, abaixo identificado, após analisar os autos da proposição em epígrafe, entende que a matéria nele posta é:

( ) constitucional e legal, devendo ser aprovada sem qualquer emenda;

( ) inconstitucional e ilegal, devendo ser integralmente rejeitada;

(x) legal, devendo ser aprovada com a emenda em anexo.

ART. 55. VIII

Emenda: Denegar a Prefeitura Municipal oferecer o curso -  
introdutorio o qual habilitara os candidatos antes da eleição  
com nível de aproveitamento a ser definido pelo órgão examinador.

ASSINATURA DO RELATOR:

RENATO SOUZA MACHADO

### VOTO DO PRESIDENTE:

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator.

Motivo:

ASSINATURA DO PRESIDENTE:

FÁBIO CARDOSO JUNIOR

### VOTO DO SECRETÁRIO:

(x) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator,

Motivo:

ASSINATURA DO SECRETÁRIO:

IRINEU ROBERTO DA SILVA



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**

Rua Shitiro Moeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

✉ [secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

## PARECER CONCLUSIVO

Esta Comissão, através de seus Membros, em análise à proposição acima discriminada e conforme artigo 97 do Regimento Interno, consubstanciada nos votos acima,

( ) por Unanimidade;

( ) por Maioria.

## MANIFESTA-SE DA SEGUINTE MANEIRA:

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, MANTENDO SEU TEXTO ORIGINAL;

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM A ENTENDA EM ANEXO;

( ) CONTRÁRIA À APROVAÇÃO.

Plenário "Vereador Daniel das Neves".





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br



## DESPACHO

PROPOSIÇÃO Nº 2051 /2023

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei   | <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução              |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo    |
| <input type="checkbox"/> Autógrafo                   | <input type="checkbox"/> Proposta de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Outros                      |  |

## VISTOS, ETC

Nos termos do art. 230, § 3º do R.I., determino à Secretaria Legislativa que proceda vista dos autos ao Sr. Relator para que no prazo de 07 (sete) dias exare parecer sobre a matéria.

Decorridos sem parecer, comunique-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para efeitos do art. 230, § 6º do R.I.

Anote-se a vista em livro próprio, cobrando a devolução dos autos no prazo.

Registro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**GERSON TEIXEIRA SILVERIO**

Presidente da

Comissão das Obras,

Serviços e Bens Municipais,

Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo

## TERMO DE REMESSA

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, cumprindo determinação do presidente da Comissão, remeto o presente processo ao *Relator*, para os fins de direito. E para constar, eu \_\_\_\_\_, lavrei e assino o presente termo.

\_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

✉ secretaria@camararegistro.sp.gov.br



## **COMISSÃO DAS OBRAS, SERVIÇOS, BENS MUNICIPAIS,**

### **PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO**

PARECER N° \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

AUTORIA ☒ Executivo Municipal ( ) Legislativo Municipal

PROPOSIÇÃO N° 2051 /2023

☒ Projeto de Lei

( ) Projeto de Resolução

( ) Projeto de Lei Complementar

( ) Projeto de Decreto Legislativo

( ) Autógrafo

( ) Proposta de Emenda à Lei Orgânica

#### **VOTO DO RELATOR:**

O Relator dessa Comissão, abaixo identificado, após analisar os autos da proposição em epígrafe, entende que a matéria nele posta é:

( ) no mérito, oportuno e conveniente, por isso, favorável à aprovação;

( ) no mérito, inoportuno e inconveniente, por isso, desfavorável à aprovação;

( ) no mérito, oportuno e conveniente, por isso, favorável à aprovação, com a emenda em anexo.

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura do RELATOR:

VANDER LOPES PEDROSO

#### **VOTO DO PRESIDENTE:**

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator.

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura do PRESIDENTE:

GERSON TEIXEIRA SILVERIO

#### **VOTO DA SECRETÁRIA:**

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator,

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura da SECRETÁRIA:

SANDRA KENNEDY VIANA



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

✉ [secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

## **PARECER CONCLUSIVO**

Esta Comissão, através de seus Membros, em análise à proposição acima discriminada e conforme artigo 97 do Regimento Interno, consubstanciada nos votos acima,

( ) por Unanimidade;

( ) por Maioria.

### **MANIFESTA-SE DA SEGUINTE MANEIRA:**

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO;

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM A EMENDA EM ANEXO;

( ) CONTRÁRIA À APROVAÇÃO.

Plenário “Vereador Daniel das Neves”.





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO

FLS. 14

## DESPACHO

PROPOSIÇÃO Nº

2051 /20 23

☒ Projeto de Lei

☐ Projeto de Lei Complementar

☐ Autógrafo

☐ Outros

☐ Projeto de Resolução

☐ Projeto de Decreto Legislativo

☐ Proposta de Emenda à Lei Orgânica

## VISTOS, ETC

Nos termos do art. 230, § 3º do R.I., determino à Secretaria Legislativa que proceda vista dos autos ao Sr. Relator para que no prazo de 07 (sete) dias exare parecer sobre a matéria.

Decorridos sem parecer, comunique-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para efeitos do art. 230, § 6º do R.I.

Anote-se a vista em livro próprio, cobrando a devolução dos autos no prazo.

Registro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**INÊS SATI OKUYAMA KAWAMOTO**

**Presidente da**

**Comissão de Ordem Social, Saúde,  
Educação, Cultura, Lazer e Turismo**

## TERMO DE REMESSA

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, cumprindo determinação do presidente da Comissão, remeto o presente processo ao *Relator*, para os fins de direito. E para constar, eu \_\_\_\_\_, lavrei e assino o presente termo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

✉ [secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)



## **COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E**

### **TURISMO**

PARECER N° \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

AUTORIA ☒ Executivo Municipal ( ) Legislativo Municipal

PROPOSIÇÃO N° 2051 /2023

☒ Projeto de Lei

( ) Projeto de Resolução

( ) Projeto de Lei Complementar

( ) Projeto de Decreto Legislativo

( ) Autógrafo

( ) Proposta de Emenda à Lei Orgânica

### **VOTO DO RELATOR:**

O Relator dessa Comissão, abaixo identificado, após analisar os autos da proposição em epígrafe, entende que a matéria nele posta é:

( ) no mérito, oportuno e conveniente, por isso, favorável à aprovação;

( ) no mérito, inoportuno e inconveniente, por isso, desfavorável à aprovação;

( ) no mérito, oportuno e conveniente, por isso, favorável à aprovação, com a emenda em anexo.

assinatura do RELATOR: \_\_\_\_\_

FÁBIO CARDOSO JUNIOR

### **VOTO DA PRESIDENTE:**

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator.

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura da PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

INÊS SATI OKUYAMA KAWAMOTO

### **VOTO DO SECRETÁRIO:**

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator,

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura do SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_

VANDER LOPES PEDROSO



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

✉ [secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

## **PARECER CONCLUSIVO**

Esta Comissão, através de seus Membros, em análise à proposição acima discriminada e conforme artigo 97 do Regimento Interno, consubstanciada nos votos acima,

( ) por Unanimidade;

( ) por Maioria.

## **MANIFESTA-SE DA SEGUINTE MANEIRA:**

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO;

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM A EMENDA EM ANEXO;

( ) CONTRÁRIA À APROVAÇÃO.

Plenário “Vereador Daniel das Neves”.





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO

FLS. 16

## DESPACHO

PROPOSIÇÃO Nº 2051 /2023

☒ Projeto de Lei

☐ Projeto de Lei Complementar

☐ Autógrafo

☐ Outros

☐ Projeto de Resolução

☐ Projeto de Decreto Legislativo

☐ Proposta de Emenda à Lei Orgânica

## VISTOS, ETC

Nos termos do art. 230, § 3º do R.I., determino à Secretaria Legislativa que proceda vista dos autos ao Sr. Relator para que no prazo de 07 (sete) dias exare parecer sobre a matéria.

Decorridos sem parecer, comunique-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para efeitos do art. 230, § 6º do R.I.

Anote-se a vista em livro próprio, cobrando a devolução dos autos no prazo.

Registro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

**RENATO SOUZA MACHADO**  
Presidente da  
Comissão de Tributação,  
Finanças, Orçamentos e Contabilidade

## TERMO DE REMESSA

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, cumprindo determinação do presidente da Comissão, remeto o presente processo ao *Relator*, para os fins de direito. E para constar, eu \_\_\_\_\_, lavrei e assino o presente termo.

\_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

✉ [secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)



## **COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTOS E**

### **CONTABILIDADE**

PARECER N° \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

AUTORIA ☒ Executivo Municipal ( ) Legislativo Municipal

PROPOSIÇÃO N° 2051 /2023

☒ Projeto de Lei

( ) Projeto de Resolução

( ) Projeto de Lei Complementar

( ) Projeto de Decreto Legislativo

( ) Autógrafo

( ) Proposta de Emenda à Lei Orgânica

#### **VOTO DO RELATOR:**

O Relator dessa Comissão, abaixo identificado, após analisar os autos da proposição em epígrafe, entende que a matéria nele posta é:

( ) adequado ao orçamento vigente;

( ) inadequado ao orçamento vigente.

assinatura do RELATOR: \_\_\_\_\_

MANOEL DE AQUINO BATISTA

#### **VOTO DO PRESIDENTE:**

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator.

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura do PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RENATO SOUZA MACHADO

#### **VOTO DO SECRETÁRIO:**

( ) Acompanho o voto do Relator;

( ) Contrário o voto do Relator,

Motivo: \_\_\_\_\_

assinatura do SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_

IRINEU ROBERTO DA SILVA



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

✉ [secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

## **PARECER CONCLUSIVO**

Esta Comissão, através de seus Membros, em análise à proposição acima discriminada e conforme artigo 97 do Regimento Interno, consubstanciada nos votos acima,

( ) por Unanimidade;

( ) por Maioria.

### **MANIFESTA-SE DA SEGUINTE MANEIRA:**

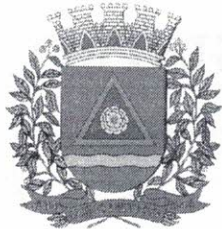
( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO;

( ) FAVORÁVEL À APROVAÇÃO, COM A EMENDA EM ANEXO;

( ) CONTRÁRIA À APROVAÇÃO.

Plenário “Vereador Daniel das Neves”.





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br



## EMENDA MODIFICATIVA

Emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 2.051/2023 que “Altera dispositivos da Lei nº 1.428/2014 que dispõe sobre a política municipal de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

### Onde se lê:

§ 2º - A inscrição da candidatura será individual e devidamente regulamentada por Resolução Normativa do CMDCA. O processo de escolha será feito pela comunidade, dividindo se em três fases:

- I – Entrega da documentação conforme artigo 55, documento original e cópia;
- II - prova escrita, formulada pela Comissão designada pelo CMDCAR, com nota de corte estabelecida pelo mesmo órgão, com caráter eliminatório;
- III – votação da sociedade através de voto facultativo.

### Leia-se:

§ 2º - A inscrição da candidatura será individual e devidamente regulamentada por Resolução Normativa do CMDCA. O processo de escolha será dividido em três fases:

- I – Entrega da documentação conforme artigo 55, documento original e cópia;
- II – Participação em curso de capacitação sobre o estatuto da criança e do adolescente-ECA, oferecido pelo CMDCA, com frequência obrigatória mínima de 90%.
- III – votação pela sociedade através de voto facultativo.

Plenário “Vereador Daniel das Neves”, 20 de março de 2023.

**Benedito Honório Ribeiro Filho**

**Vereador**



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

"VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA"

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal

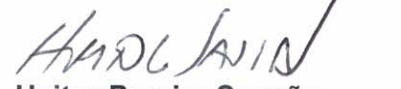
REGISTRO

FLS. \_\_\_\_\_

  
**Fábio Cardoso Junior**  
Vereador

  
**Francisco Ricardo das Neves**  
Vereador

  
**Gerson Teixeira Silverio**  
Vereador

  
**Heitor Pereira Sansão**  
Vereador

**Inês Sati Okuyama Kawamoto**  
Vereadora

  
**Irineu Roberto da Silva**

  
**Xavier Rufino de Oliveira**  
Vereador

Vereador

  
**José Lopes**  
Vereador

  
**Manoel de Aquino Batista**  
Vereador

  
**Renato Souza Machado**  
Vereador

**Sandra Kennedy Viana**  
Vereadora

  
**Vander Lopes Pedroso**  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br

Câmara Municipal  
REGISTRO

FLS. 19

Senhor Presidente,

Considerando que o presente requerimento de urgência especial, nos termos do art. 221, VI do Regimento Interno, justifica-se pela relevância da matéria tratada na referida proposição, demandando uma deliberação mais rápida para afastar o risco de perecimento do seu objeto.

Considerando que o presente requerimento de urgência especial encontra-se subscrito e formulado por escrito conforme o art. 221, do R.I.

Feitas estas considerações, requeremos que a Presidência da Câmara Municipal, submeta o presente **REQUERIMENTO** à apreciação e aprovação do Plenário, nos termos do art. 53, §3º, e que suspenda a sessão por 15 minutos (art. 144, § 1º) para que as Comissões que não apresentaram parecer até o presente momento possam fazê-lo.

Projeto de Lei nº 2051/2022

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Autor: Executivo Municipal

Plenário “Vereador Daniel das Neves”, 20 de março de 2023.

FRANCISCO R. DAS NEVES

RENATO S. MACHADO

FÁBIO CARDOSO JUNIOR

VANDER LOPES PEDROSO

IRINEU R. DA SILVA

INÊS SATI O. KAWAMOTO

MANOEL DE A. BATISTA

XAVIER R. DE OLIVEIRA

GERSON TEIXEIRA SILVERIO

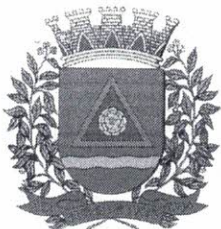
BENEDITO H. R. FILHO

JOSÉ LOPES

SANDRA KENNEDY VIANA

HEITOR PEREIRA SANSÃO





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br



## **AUTÓGRAFO N° 218/2023**

Referente ao Projeto de Lei nº 2051/2023 de autoria do executivo municipal

### **ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Registro APROVA:

Art. 1º. O artigo 55 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 Para se inscrever ao cargo de membro do Conselho Tutelar o candidato deverá:

- I - Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;
- II - Ter reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, através de Resolução;
- III - Residir no município, no mínimo há 02 (dois) anos e comprovar domicílio eleitoral;
- IV - Estar no gozo de seus direitos políticos;
- V - Apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio;
- VI - Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;
- VII - Comprovação de experiência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses em atividade de atendimento e defesa na área da criança e do adolescente, mediante apresentação de currículo documentado e declaração da empresa ou organização da sociedade civil.

Parágrafo único. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento.”

Art. 2º. O artigo 61 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

#### **“Seção VII**

#### **Do Processo Eleitoral, Requisitos e Registro dos Candidatos**

Art. 61. O processo de escolha será organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, podendo praticar todos os atos que forem necessários para a consecução do pleito.

§ 1º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 – Centro – Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 13 ) 3828-1100

www.registro.sp.leg.br



§ 2º - A inscrição da candidatura será individual e devidamente regulamentada por Resolução Normativa do CMDCAR. O processo de escolha será dividido em três fases:

I – Entrega da documentação conforme artigo 55, documento original e cópia;

II – Participação em curso de capacitação sobre o estatuto da criança e do adolescente-ECA, oferecido pelo CMDCAR, com frequência obrigatória mínima de 90%.

III – votação pela sociedade através de voto facultativo.

§ 3º. Os candidatos eleitos deverão realizar capacitação introdutória obrigatória e não remunerada promovida pelo CMDCAR.”

Art. 3º. O artigo 83 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83. Caso fique comprovada pela Comissão Especial a prática de conduta que justifique a aplicação de sanção disciplinar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Registro – CMDCAR encaminhará para a Secretaria Municipal de Administração para realização de processo Administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar, pois essa deverá ser realizada por membros do serviço público municipal, conforme resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 - MMFDH/CONANDA.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Registro, “VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”, 20 de março de 2023.

  
**HEITOR PEREIRA SANSÃO**  
PRESIDENTE

  
**XAVIER RUFINO DE OLIVEIRA**  
2º SECRETÁRIO

  
**RENATO SOUZA MACHADO**  
1º SECRETÁRIO





# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“ VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA ”

- ESTADO DE SÃO PAULO -

Rua Shitiro Maeji nº 459 Centro - CEP: 11.900-000

TEL ( 13 ) 3828 1100

CNPJ ( MF ) 01.598.123/0001-39

www.registro.sp.leg.br

secretaria@camararegistro.sp.gov.br



OFÍCIO Nº 082/2023-SL.

Registro, 20 de março de 2023.

Senhor Prefeito;

Através do presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para as devidas providências, o **AUTÓGRAFO:**

N.º 216/2023, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 004/2023, QUE “DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA DE IDOSOS, MULHERES GRÁVIDAS, OU PESSOAS COM CRIANÇA DE COLO, DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA NOS ASSENTOS DO TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE REGISTRO”, DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR SANDRA KENNEDY VIANA.

N.º 217/2023, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 009/2023, QUE “DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE DESEMBARQUE DE IDOSOS, MULHERES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM LOCAIS FORA DAS PARADAS DE TRANSPORTE PÚBLICO REGULAMENTADAS NO MUNICÍPIO, NO HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE AS 21 HORAS E 5 HORAS”, DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR SANDRA KENNEDY VIANA.

N.º 218/2023, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 2051/2023, QUE “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL. (COM EMENDAS)

N.º 219/2023, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 2055/2023, QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS NA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL – OMSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

Aproveito a oportunidade reiterar a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

  
HEITOR PEREIRA SANSÃO  
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor  
NILTON JOSE HIROTA DA SILVA  
Prefeito Municipal  
Registro/SP



## EDITAL

Saibam todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que nesta data foi promulgada e registrada a seguinte lei,

### **LEI Nº 2.145 DE 25 DE MARÇO DE 2023**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que, aprovada pela Câmara Municipal de Registro/SP, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 55 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 Para se inscrever ao cargo de membro do Conselho Tutelar o candidato deverá:

- I - Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;
- II - Ter reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, através de Resolução;
- III - Residir no município, no mínimo há 02 (dois) anos e comprovar domicílio eleitoral;
- IV - Estar no gozo de seus direitos políticos;
- V - Apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio;
- VI - Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;
- VII - Comprovação de experiência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses em atividade de atendimento e defesa na área da criança e do adolescente, mediante apresentação de currículo documentado e declaração da empresa ou organização da sociedade civil.

Parágrafo único. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento.”

Art. 2º. O artigo 61 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

#### “Seção VII

#### Do Processo Eleitoral, Requisitos e Registro dos Candidatos

Art. 61. O processo de escolha será organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, podendo praticar todos os atos que forem necessários para a consecução do pleito.

§ 1º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação.

§ 2º. A inscrição da candidatura será individual e devidamente regulamentada por Resolução Normativa do CMDCAR. O processo de escolha será dividido em três fases:

- I - Entrega da documentação conforme artigo 55, documento original e cópia;

Assinado por 4 pessoas: VÂNIA NEIDE DE ARAÚJO MAGALHÃES, DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE, MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS e NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://registro.1doc.com.br/verificacao/B3AA-1AEE-99DA-6738> e informe o código B3AA-1AEE-99DA-6738



II – Participação em curso de capacitação sobre o estatuto da criança e do adolescente-ECA, oferecido pelo CMDCAR, com frequência obrigatória mínima de 90%.

III – votação pela sociedade através de voto facultativo.

§ 3º. Os candidatos eleitos deverão realizar capacitação introdutória obrigatória e não remunerada promovida pelo CMDCAR.”

Art. 3º. O artigo 83 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83. Caso fique comprovada pela Comissão Especial a prática de conduta que justifique a aplicação de sanção disciplinar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Registro – CMDCAR encaminhará para a Secretaria Municipal de Administração para realização de processo Administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar, pois essa deverá ser realizada por membros do serviço público municipal, conforme resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 - MMFDH/CONANDA.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, 21 de março de 2023.

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**

Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

**DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE**

Diretora Geral de Assistência, Desenvolvimento Social e Economia Solidária

**VÂNIA NEIDE DE ARAÚJO MAGALHÃES**

Diretora Geral de Administração

**MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS**

Diretor Geral de Negócios Jurídicos e Segurança Pública

Projeto de Lei nº 2.051/2023 de autoria do Executivo Municipal

Assinado por 4 pessoas: VÂNIA NEIDE DE ARAÚJO MAGALHÃES, DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE, MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS e NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://registro.1doc.com.br/verificacao/B3AAA-1AEE-99DA-6738> e informe o código B3AAA-1AEE-99DA-6738





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B3AA-1AEE-99DA-6738

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VÂNIA NEIDE DE ARAÚJO MAGALHÃES (CPF 114.XXX.XXX-09) em 21/03/2023 22:11:32 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DENYSE SIQUEIRA MATHIAS DUARTE (CPF 248.XXX.XXX-94) em 22/03/2023 08:49:56 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS (CPF 192.XXX.XXX-59) em 22/03/2023 14:33:51 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA (CPF 037.XXX.XXX-95) em 23/03/2023 09:23:52 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/B3AA-1AEE-99DA-6738>





# DIÁRIO OFICIAL

## ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE REGISTRO/SP

Quarta-feira, 22 de março de 2023

Edição nº 1262

www.registro.sp.gov.br/

### PODER EXECUTIVO

#### EDITAL

Saibam todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem que nesta data foi promulgada e registrada a seguinte lei,

#### LEI Nº 2.145 DE 25 DE MARÇO DE 2023

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.428/2014 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que, aprovada pela Câmara Municipal de Registro/SP, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 55 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 Para se inscrever ao cargo de membro do Conselho Tutelar o candidato deverá:

- I - Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade;
- II - Ter reconhecida idoneidade moral, firmada em documento próprio, segundo critérios estipulados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, através de Resolução;
- III - Residir no município, no mínimo há 02 (dois) anos e comprovar domicílio eleitoral;
- IV - Estar no gozo de seus direitos políticos;
- V - Apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio;
- VI - Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;
- VII - Comprovação de experiência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses em atividade de atendimento e defesa na área da criança e do adolescente, mediante apresentação de currículo documentado e declaração da empresa ou organização da sociedade civil.

Parágrafo único. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento.”

Art. 2º. O artigo 61 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

#### “Seção VII

#### Do Processo Eleitoral, Requisitos e Registro dos Candidatos

Art. 61. O processo de escolha será organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do Ministério Público, podendo praticar todos os atos que forem necessários para a consecução do pleito.

§ 1º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição dos locais de votação.

§ 2º. A inscrição da candidatura será individual e devidamente regulamentada por Resolução Normativa do CMDCAR. O processo de escolha será dividido em três fases:

I – Entrega da documentação conforme artigo 55, documento original e cópia;

II – Participação em curso de capacitação sobre o estatuto da criança e do adolescente-ECA, oferecido pelo CMDCAR, com frequência obrigatória mínima de 90%.

III – votação pela sociedade através de voto facultativo.

§ 3º. Os candidatos eleitos deverão realizar capacitação introdutória obrigatória e não remunerada promovida pelo CMDCAR.”





# DIÁRIO OFICIAL

## ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE REGISTRO/SP

Quarta-feira, 22 de março de 2023

Edição nº 1262

[www.registro.sp.gov.br/](http://www.registro.sp.gov.br/)

Art. 3º. O artigo 83 da Lei nº 1.428/2014 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83. Caso fique comprovada pela Comissão Especial a prática de conduta que justifique a aplicação de sanção disciplinar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Registro – CMDCAR encaminhará para a Secretaria Municipal de Administração para realização de processo Administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar, pois essa deverá ser realizada por membros do serviço público municipal, conforme resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022 - MMFDH/CONANDA.”

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, 21 de março de 2023.

NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA

Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

Projeto de Lei nº 2.051/2023 de autoria do Executivo Municipal

